

## Desenvolvimentos da Análise Ergonômica do Trabalho no Brasil no contexto da “desorganização do trabalho”

José Marçal Jackson Filho<sup>1\*</sup>  
Maria Maeno<sup>2\*\*</sup>

*Developments of Ergonomic Work Analysis in Brazil in the context of ‘disorganization of work’*

<sup>1</sup> Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, Centro Estadual do Paraná. Curitiba, PR, Brasil.

<sup>2</sup> Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, Centro Técnico Nacional. São Paulo, SP, Brasil.

*Contato:*

José Marçal Jackson Filho

*E-mail:*

[jose.jackson@fundacentro.gov.br](mailto:jose.jackson@fundacentro.gov.br)

\* Editor científico da RBSO, Pesquisador da Fundacentro.

\*\* Pesquisadora do Serviço de Medicina da Fundacentro.

A Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO) apresenta, neste número, um dossiê temático sobre os desenvolvimentos da Análise Ergonômica do Trabalho (AET) no Brasil.

Ao longo dos seus mais de 40 anos de existência, diversos artigos fundados na Ergonomia foram publicados<sup>3</sup> com papel relevante para o desenvolvimento do campo da Saúde do Trabalhador e que influenciaram a comunidade da pesquisa e da prática.

Essa tradição se inicia logo no primeiro número da RBSO com um texto de revisão de Diogo Pupo Nogueira (1973) sobre fadiga dos trabalhadores<sup>4</sup>. Vários textos, das diversas correntes da Ergonomia, fazem-se presentes nas páginas da Revista, mas é a Ergonomia da Atividade que predomina graças à sua perspectiva metodológica, a AET, que permite a compreensão do trabalho por meio da participação dos trabalhadores e, sobretudo, a influência dos fatores organizacionais sobre as atividades de trabalho e sobre o surgimento dos agravos (GUÉRIN et al., 2001).

A AET surge com vigor nas páginas da Revista a partir dos anos de 1980 graças ao trabalho de Leda Leal Ferreira<sup>5</sup>, o qual estimula não apenas a tradução de textos importantes sobre Ergonomia da Atividade e disciplinas afins (para citar as mais importantes: Daniellou, Laville e Teiger (1989) e Dejours (1986), respectivamente), mas também a produção acadêmica de sua equipe do Serviço de Ergonomia da Fundacentro [Maciel (1985), Barreira (1989) e Ferreira (1993), por exemplo].

Essa produção era a forma de resposta à demanda social vigente à época, quando a epidemia de tenossinovites assolava a comunidade de trabalhadores do setor de processamento de dados. A participação da equipe com outros agentes do Estado brasileiro, sindicalistas e técnicos contribuiu para mostrar os efeitos dos modos de organização do trabalho que tinham

<sup>3</sup> Cabe lembrar que dois números especiais foram publicados anteriormente (REVISTA BRASILEIRA DE SAÚDE OCUPACIONAL (1980, 2004)).

<sup>4</sup> Neste texto, Nogueira apresenta a democracia organizacional da Escandinávia como possível solução para a fadiga dos trabalhadores.

<sup>5</sup> O primeiro artigo sobre análise ergonômica na RBSO foi publicado por Leda Ferreira e por Jeanne Marcelin (MARCELIN; FERREIRA, 1982). Em 1985, ela implanta o Serviço de Ergonomia da Fundacentro (MORAES; SOARES, 1989), em funcionamento até hoje. Para uma apreciação mais ampla da contribuição de Leda Leal Ferreira, ver coletânea recente sobre sua obra (FERREIRA, 2015).

influência direta no adoecimento dos trabalhadores(as)<sup>6</sup>. O que se assistia, então, eram os primeiros sinais da reestruturação produtiva que se configurava.

As mudanças nas formas de organização, relações de trabalho, gestão da produção e das empresas e reorganização das cadeias de fornecedores, associadas a mudanças no cenário político nos anos de 1990, após a queda do muro de Berlim, influenciaram sobremaneira as condições de trabalho, impactando negativamente a saúde dos trabalhadores (QUINLAN et al., 2007; FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010; DRUCK; FRANCO, 2011). Assistimos no mundo do trabalho ao surgimento de diversas formas de violência e de desrespeito aos limites humanos, as quais resultaram no aumento epidêmico de problemas musculoesqueléticos e de saúde mental, na ocorrência cada vez mais frequente de suicídios, além da manutenção dos problemas tradicionais associados ao ruído, à exposição de agentes químicos, dentre outros (PAOLI; MERLIE, 2001). A intensificação do trabalho e a precarização das condições de trabalho dão o tom da exploração do capitalismo atual (KREIN, 2013).

De certa forma, a partir dos anos 2000, esse quadro se reflete nas páginas da Revista por meio, sobretudo, de cinco dossiês temáticos: “trabalho em teleatendimento e problemas de saúde”, “acidentes do trabalho e sua prevenção”, “incapacidade, reabilitação profissional e saúde do trabalhador”, “o mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador” (dois números) e “assédio moral no trabalho”<sup>7</sup>. Neles, a AET, entre outras abordagens, serve de referencial teórico metodológico importante para desvelar a influência de fatores organizacionais e o surgimento de agravos aos trabalhadores.

Mais do que nunca, não é possível entender o que se passa no trabalho e na saúde sem compreender as mudanças organizacionais em curso. A AET encontra-se em um impasse, pois possui forte poder de compreensão da realidade, devido a seus métodos, mas pouco poder de transformação, uma vez que a gestorização dos processos (METZGER; MAUGERI; BENEDETTO-MEYER, 2012) se opõe ao projeto da Ergonomia (na busca da flexibilidade, os homens devem se adaptar ao trabalho; não o trabalho, aos homens).

O presente dossiê apresenta alguns estudos sobre os serviços públicos, em especial do setor saúde, nos quais os trabalhadores têm seu poder de agir limitado, estando confrontados a mudanças ou problemas organizacionais clássicos (como falta de meios e recursos, falta de suporte e modelo de gestão patrimonialista).

Por trás das mudanças ou da ineficiência provocada pelos poucos recursos e pela gestão que defende interesses privados, assiste-se à privatização dos serviços de saúde públicos, como se pode observar em algumas cidades e Estados brasileiros.

A reorganização dos serviços, a terceirização das atividades e a privatização são falsos argumentos alegados como necessários para melhorar o funcionamento efetivo dos serviços. O que se esconde por trás é a possibilidade de expansão do capital no setor público (KREIN, 2013).

Os construtos advindos da realidade do trabalho deveriam servir ao debate público e político sobre o futuro do Estado brasileiro, para podermos escolher livremente nossos caminhos e não adotar modelos impostos que restringem nosso poder de agir.

Infelizmente, no presente momento, assistimos com indignação ao debate no Parlamento quanto à tramitação do projeto de lei sobre terceirização (PL 4.330), ignorando-se por completo referências científicas que demonstram a influência maléfica da terceirização sobre a saúde dos trabalhadores<sup>8</sup>.

Ao difundir tais conhecimentos, a RBSO cumpre com seu papel para a proteção dos trabalhadores de forma digna, mas insuficiente para contrapor o movimento de “desorganização do trabalho” (THEBAULD-MONY, 2011) posto em prática pelo capital, cuja influência na atuação do Estado e nas instituições é cada vez mais determinante diante da fragilização da política do dissenso em nosso país (OLIVEIRA, 1999).

## Referências

BARREIRA, T. H. C. Um enfoque ergonômico para as posturas de trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 17, n. 67, p. 61-71, 1989.

<sup>6</sup> Esta ação conjunta culminou com a nova versão da Norma Regulamentadora nº 17, em 1990, que introduziu a exigência de realização da AET por parte das empresas e que incluiu, pela primeira vez na legislação trabalhista, item sobre a organização do trabalho (BRASIL, 2002).

<sup>7</sup> Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (2006, 2007, 2010, 2011, 2012), respectivamente.

<sup>8</sup> Sabe-se que trabalhadores de empresas terceiras sofrem mais acidentes do que trabalhadores contratados de forma regular para o mesmo processo de trabalho (ver, por exemplo, Souza e Freitas (2002) na indústria do petróleo). Para pesquisa sobre o tema baseada nos princípios da AET, também na indústria do petróleo, ver Figueiredo et al. (2007).

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Manual de aplicação da Norma Regulamentadora nº 17*. 2. ed. Brasília: MTE, 2002.

DANIELLOU, F.; LAVILLE, A.; TEIGER, C. Ficção e realidade do trabalho operário. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 17, n. 68, p. 7-13, 1989.

DEJOURS, C. Por um novo conceito de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 14, n. 54, p. 7-11, 1986.

DRUCK, G.; FRANCO, T. Trabalho e precarização social. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, p. 9-13, 2011. Suplemento 1. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000400001>.

FERREIRA, L. L. Análise coletiva do trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 21, n. 78, p. 7-19, 1993.

\_\_\_\_\_. *Análises do trabalho - Escritos escolhidos*. Belo Horizonte: Editora Fabrefactum, 2015.

FIGUEIREDO, M. et al. Reestruturação produtiva, terceirização e relações de trabalho na indústria petrolífera offshore da Bacia de Campos (RJ). *Gestão & Produção*, São Carlos, v. 14, n. 1, p. 55-68, 2007.

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais do trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0303-76572010000200006>.

GUÉRIN, F. et al. *Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia*. São Paulo: Edgard Blücher, 2001.

KREIN, J. D. Capitalismo contemporâneo e saúde do trabalhador. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 38, n. 128, p. 194-196, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0303-76572013000200007>.

MACIEL, R. H. Considerações gerais sobre o trabalho de digitação. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 13, n. 50, p. 37-40, 1985.

MARCELIN, J.; FERREIRA, L. L. Orientações atuais da metodologia ergonômica na França. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 10, n. 37, p. 64-69, 1982.

METZGER, J. L.; MAUGERI, S.; BENEDETTO-MEYER, M. Predomínio da gestão e violência simbólica. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 37, n. 126, p. 225-242, 2012.

MORAES, A.; SOARES, M. M. *Ergonomia no Brasil e no mundo: um quadro, uma fotografia*. Rio de Janeiro: ABERGO, 1989.

NOGUEIRA, D. P. Fadiga. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 18-25, 1973.

OLIVEIRA, F. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (Org.). *Os sentidos da democracia, políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 55-81.

PAOLI, P.; MERLIE, D. *Troisième enquête européenne sur les conditions de travail – 2000*. Dublin: Fondation Européenne pour l'amélioration des conditions de vie et de travail, 2001.

QUINLAN, M. et al. Regulamentação das cadeias de fornecedores para proteger a saúde e segurança de trabalhadores vulneráveis. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 32, n. 115, p. 145-152, 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/S0303-76572007000100013>.

REVISTA BRASILEIRA DE SAÚDE OCUPACIONAL. São Paulo: Fundacentro, v. 8, n. 29, 1980.

\_\_\_\_\_. São Paulo: Fundacentro, v. 29, n. 109, 2004.

\_\_\_\_\_. São Paulo: Fundacentro, v. 31, n. 114, 2006.

\_\_\_\_\_. São Paulo: Fundacentro, v. 32, n. 115, 2007.

\_\_\_\_\_. São Paulo: Fundacentro, v. 35, n. 121-122, 2010.

\_\_\_\_\_. São Paulo: Fundacentro, v. 36, n. 123, 2011.

\_\_\_\_\_. São Paulo: Fundacentro, v. 37, n. 126, 2012.

SOUZA, C. A. V.; FREITAS, C. M. Perfil dos acidentes de trabalho em refinaria de petróleo. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 36, n. 5, p. 576-583, 2002. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102002000600006>. PMID:12471382.

THEBAULD-MONY, A. Precarização social do trabalho e resistências para a (re) conquista dos direitos dos trabalhadores na França. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, p. 23-35, 2011. Suplemento 1. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000400003>.